manchete

Jornal Notícias

16-10-2019

Periodicidade:	Diário	**Temática:**	Justica
Classe:	Informacão Geral	**Dimensão:**	656 cm^2
Âmbito:	Nacional	**Imagem:**	S/Cor
Tiragem:	60963	**Página (s):**	18

Arguidos da corrupção no Turismo voltam à PJ

Investigação da Operação Éter está na reta final e Ministério Público quer voltar a interrogar os principais suspeitos do caso de fraudes em adjudicações

Alexandre Panda
e *Nuno Miguel Maia*
justica@jn.pt

Melchior Moreira está em prisão preventiva desde 25 de outubro do ano passado

OPERAÇÃO ÉTER Os principais arguidos da Operação Éter vão voltar a ser interrogados esta semana pelo Ministério Público (MP) e Polícia Judiciária do Porto (PJ). A investigação sobre alegados ilícitos em ajustes diretos na instalação de 60 lojas de Turismo Interativas (LTI) no norte do país, e que colocou Melchior Moreira em prisão preventiva, está prestes a ser concluída.

De acordo com informações recolhidas pelo JN, as autoridades, que constituíram arguidos dezenas de autarcas dos concelhos onde foram instaladas LTI (ler caixa), consolidaram as provas de crimes de participação económica em negócio e prevaricação, ao longo dos últimos meses. Agora, PJ e MP querem confrontar os principais arguidos com essas provas.

A acusação do MP tem de ser deduzida no máximo até ao dia 24, sob pena de Melchior Moreira – único arguido mantido preso desde outubro do ano passado –, ter de ser libertado. Por isso, até à próxima semana, devem voltar a ser interrogados o próprio Melchior, Isabel Castro, ex-diretora do TPNP, José Agostinho, empresário de Viseu e gerente das empresas às quais foram adjudicados contratos de milhões de euros, outro empresário de Famalicão, dono da Regocib, Manuela Couto, dona de agências de comunicação, e Gabriela Escobar, jurista do TPNP. O objetivo é confrontá-los com novos elementos, antes de ser deduzida a acusação.

Em causa na Operação Éter estão os ajustes diretos que 60 autarquias fizeram na instalação de LTI, financiadas pelo TPNP, e que foram atribuídas a empresas alegadamente indicadas por Melchior Moreira ou Isabel Castro. Só na instalação das lojas, foram adjudicados mais de seis milhões de euros às firmas dos empresários de Viseu e Famalicão. Terão sido violadas as regras da contratação pública.

Além da instalação das LTI em dezenas de autarquias da zona do Porto e Norte, as autoridades também analisaram as despesas em alojamentos, ajudas de custo, uso de viaturas, área financeira, recrutamento de pessoal, bem como em comunicação e imagem. A PJ e o MP suspeitam que, em todos estes departamentos do TPNP, a liderança de Melchior Moreira contornou as regras para benefício próprio e de terceiros. A investigação desconfia que vários destes gastos eram injustificados ou fictícios.

CÂMARAS

Presidentes e vereadores na mira das autoridades

A principal linha de investigação prende-se com ajustes diretos de cerca de 60 autarquias para instalação de outras tantas Lojas de Turismo Interativas. Apesar de as lojas serem financiadas pelo TPNP, foram as autarquias que adjudicaram contratos. Dezenas de autarcas (presidentes e vereadores) são arguidos, por suspeita de conivência na violação das regras da contratação pública.